

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**



***ACOSTUMADOS DE LAZER  
Globalização e Instrumentalização do Tempo Livre na Cidade de São Paulo***

Dissertação de Mestrado em Geografia Humana  
Ricardo Mendes Antas Jr.  
Orientadora: Prof. Dr. Maria Adélia A. de Souza

1995

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

**ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER**  
**Globalização e instrumentalização do tempo livre**  
**na cidade de São Paulo.**

**Ricardo Mendes Antas Jr.**

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Adélia de Souza

Dissertação apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de mestre em Geografia Humana

São Paulo

- 1995 -

# ÍNDICE

<b>ÍNDICE DE TABELAS, MAPAS, GRÁFICOS, FIGURAS E PLANTAS</b>	<b>3</b>
<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>4</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>7</b>
<b>CAPÍTULO 1 - A CIDADE DE SÃO PAULO NO PERÍODO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL E OS ESPAÇOS DE LAZER</b>	<b>14</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• A transformação na divisão social do trabalho e a valorização do tempo livre</li><li>• Os parques na terceira etapa de mundialização na cidade de São Paulo</li></ul>	
<b>CAPÍTULO 2 - A CONSTITUIÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER, SEGUNDO AS ETAPAS DE MUNDIALIZAÇÃO</b>	<b>36</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• A refuncionalização dos espaços públicos na passagem do século</li><li>• Os espaços de lazer no período urbano industrial</li></ul>	
<b>CAPÍTULO 3 - GLOBALIZAÇÃO, URBANIZAÇÃO E LAZER</b>	<b>60</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Lazer e reprodução das relações sociais de produção</li><li>• A emergência do lazer nas políticas públicas em São Paulo</li><li>• Os parques e a reprodução das relações sociais de produção</li></ul>	
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>81</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>83</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>90</b>

## Tabelas

Tabela 1	Distribuição percentual do valor da transformação industrial no Estado de São Paulo	15
Tabela 2	Parques, Centros Esportivos Educacionais, Balneários e Unidades para Eventos Esportivos no Município de São Paulo - 1960, 1970, 1980, 1995 (em números absolutos)	16
Tabela 3	Evolução da população paulistana entre 1940 e 1991	24
Tabela 4	Parques de grande porte no município de São Paulo	31
Tabela 5	Freqüência de visitantes nos parques do município de São Paulo - 1994	33
Tabela 6	Cidade de São Paulo: evolução demográfica - 1872 a 1934	48
Tabela 7	Principais parques e jardins no período de 1870 a 1920	51
Tabela 8	Principais parques no período de 1920 a 1964	54

## Mapas

Mapa 1	Principais parques do Município de São Paulo 1825 a 1994 Planta da cidade de São Paulo	29
Mapa 2	Planta da capital do Estado de São Paulo	41
Mapa 3	Principais Parques no Município de São Paulo	43
Mapa 4	Principais parques do Município de São Paulo 1825 a 1994 Planta da cidade de São Paulo	56

## Gráficos

Gráfico I	Número absoluto de Parques, Centros Esportivos Educacionais e Balneários Produzidos por ano no município de São Paulo, até 1995	18
Gráfico II	Equipamentos culturais no município de São Paulo, segundo as zonas (%)	19
Gráfico III	Parques, Centros Esportivos Educacionais, Balneários e Unidades para grandes eventos esportivos no município de São Paulo	21
Gráfico IV	Evolução do preço do metro quadrado de terreno no município de São Paulo e salário mínimo (1959 = índice 100)	25
Gráfico V	Relação entre a população favelada e o número de domicílios	25
Gráfico VI	Número de edifícios produzidos por ano no município de São Paulo entre 1940 e 1980	26
Gráfico VII	Referências básicas da ocupação do solo - município de São Paulo - 1992	28
Gráfico VIII	Área dos parques no município de São Paulo, segundo as zonas	30
Gráfico IX	Os hábitos no dia de folga (em porcentagem)	32
Gráfico X	Variação do número de espaços públicos de lazer no município de São Paulo, produzidos entre 1870 e 1994	34
Gráfico XI	Variação do número de parques e jardins no Município de São Paulo produzidos entre 1870 e 1955	55
Gráfico XII	Variação do número de parques e jardins produzidos no Município de São Paulo entre 1870 e 1994	70
Gráfico XIII	Número absoluto de parques produzidos por ano entre 1964 e 1995	79

## Figuras

Figura 1	Organograma do Conselho de Intendência	47
Figura 2	Organograma do Conselho de Intendência	47

## Plantas

Planta 1	Parque do Ibirapuera	76
Planta 2	Parque da Aclimação	76
Planta 3	Parque da Luz	77
Planta 4	Parque Previdência	77

## **Apresentação**

Analisar o fenômeno do lazer a partir das teorias geográficas foi o intento mais ambicioso e nem sempre atingido de forma satisfatória, embora muito se tenha aprendido neste trajeto, mais aliás, do que está contemplado no presente trabalho.

A escassa produção teórica e temática sobre *geografia do lazer* (especialmente geografia do lazer em São Paulo) e a decisão de trabalhar com um conceito de espaço dinâmico e operacional, como o desenvolvido pelo Prof<sup>o</sup> Milton Santos (enquanto uma instância da sociedade definida por um sistema de ações e um sistema de objetos indissociáveis) configuraram uma dupla dificuldade, na medida em que faltaram, em determinados momentos, parâmetros teóricos e mesmo dados sobre o tema, o que se somou ao risco de empobrecimento dos conceitos utilizados.

Entretanto, buscou-se compreender a importância dos espaços públicos de lazer no período contemporâneo à luz do que estes mesmos espaços representaram no passado, considerando-se os nexos que regem a economia, a cultura e a política no período contemporâneo.

Muito há para aprofundar no próprio recorte proposto, no entanto, grande parte do que se conseguiu desvendar está relacionado a pessoas que direta ou indiretamente colaboraram na produção deste. Assim, são muitas as pessoas a quem devo agradecer.

Aos amigos Ricardo Castilho e Denise Maria Saliba Dias Gomes, que me acompanharam desde o ingresso no mestrado até a desejada conclusão. Com eles aprendi o exercício sadio da divergência e do reconhecimento.

À Lidia Lucia Antongiovanni, um especial agradecimento: companheira de discussões e questionamentos em meio às inúmeras praças que descobrimos na Vila Madalena, sem mencionar as incontáveis horas que passamos diante das mais variadas gerações de microcomputadores.

Aos questionamentos e sugestões apontados pela amiga Adriana Bernardes, na leitura da versão atual que muito me ajudou; ao também amigo Renato Balbim por toda espécie de ajuda e também a todos que integram o LABOPLAN, que o tornaram um local rico em discussões e realizações.

À Rosana Miziara, a Rô, quem primeiro me incentivou a ingressar no mestrado.

À Patricia Bromberg pelos novos pontos de vista e passeios aos parques.

Ao Prof<sup>o</sup> Milton Santos, cuja contribuição neste trabalho é de inestimável valor, a quem espero estar retribuindo de alguma maneira (ainda que diminuta) a compreensão do mundo através da geografia e a visão de geografia constituída a partir das concepções filosóficas que ele incansavelmente preocupa-se em nos ensinar.

À Prof<sup>a</sup>. Maria Adélia A. de Souza, os mais profundos agradecimentos pela incrível energia realizadora que envolve generosamente a todos, pelo apoio e confiança em mim depositados, pelo duro e difícil aprendizado da liberdade de pensar e expressar e pela presença

nas horas mais difíceis, fora do compromisso acadêmico. E sobretudo sou grato pelo desafio proposto ao me sugerir o lazer como tema a ser desenvolvido geograficamente.

Por fim, ao CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e à FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, pela concessão de bolsas de estudo.

**Aos meus pais**

*Gilda e  
Ricardo (in memoriam)*

## Introdução

O estudo ateve-se fundamentalmente à relação entre as transformações no mundo/transformações no lugar, mediadas pela intensificação e a diversificação de objetos técnicos que passam a compor o espaço urbano segundo os imperativos das ações hegemônicas de diferentes períodos.

Cada período delineou-se pelo acionamento de um conjunto de novos objetos técnicos, que, ao refuncionalizar os objetos preexistentes, promove maior importância do lugar na divisão social e territorial do trabalho em escala global. Estes, por sua vez, apresentam-se em constante transformação, dado que, desde a época moderna, as técnicas e a produção tecnológica apresentam intermitentes inovações.

Essa característica gera transformações periódicas na paisagem urbana, permitindo uma caracterização de cada etapa de mundialização. Mas, sendo a "paisagem diferente do espaço" (SANTOS, 1988:72), para se apreender o sentido de existência dos espaços de lazer públicos em qualquer que seja o período, um instrumento mais preciso de investigação se impôs.

O conceito de espaço que orientou a pesquisa foi, portanto, o de sistemas de ações que interagem com sistemas de objetos: ações que determinam a criação de objetos e objetos que condicionam novas ações (SANTOS, 1994a). É fato, porém, que a explicitação disso é menos evidente quanto a determinados aspectos, sobre os quais faltam dados sistematizados ou produção teórica específica sobre o tema (espaços públicos de lazer).

Mas a própria oscilação que os espaços de lazer públicos sofrem a cada etapa de mundialização pela qual a capital paulistana atravessou é, em si, um dado revelador, na medida em que o parque, o centro esportivo ou o balneário são entendidos como objetos técnicos que, integrados no conjunto do espaço urbano, em sistema, exercem o papel específico de proporcionar determinadas formas de lazer.

Ao produzir um parque na região de mananciais, por exemplo, o Estado discipliniza a ocupação impedindo com leis mais fortes os loteamentos clandestinos, ao mesmo tempo em que abre maiores possibilidades de exercício do lúdico e de desenvolvimento sócio-cultural, tendo em vista que é muito alta a demanda por lazer público (e a baixos custos) numa metrópole como São Paulo. O processo de globalização em que a cidade de São Paulo está inserida acirrou a desigualdade social, e o componente lúdico do homem transforma-se em carência, se lhe é vetado seu exercício.

Assim, a criação de um parque como um elemento estratégico para evitar a ocupação, constitui-se numa das formas de intervenção do Estado na cidade. A produção de um conjunto de espaços de lazer responde também às carências latentes por lazer em São Paulo, que possui aproximadamente 9,5 milhões de habitantes, cuja maioria vive em condições precárias.

O que se buscou nesta pesquisa, não foi a apreensão de uma geografia do lazer na terceira etapa de mundialização em São Paulo, mas especificamente a ação do Estado na



produção dos espaços de lazer públicos, com uma determinada intencionalidade, ou seja, segundo os imperativos da nova divisão social e territorial do trabalho, que necessita da presença do Estado na reprodução das relações sociais de produção de modo mais intenso e com objetivos de aumento da produtividade.

A estruturação dos espaços públicos de lazer em São Paulo desenvolveu-se no decorrer do processo de urbanização, com uma crescente importância nas intervenções no espaço urbano. À medida em que as relações entre a sociedade e o espaço da cidade se complexizam (num embate entre forças sociais transformativas e forças espaço-temporais condicionadoras), a necessidade de normatização e regulação das próprias relações sociais por parte do Estado se acentua.

Desde as origens dos espaços públicos de lazer administrados pelo poder público em São Paulo, verifica-se essa potencialidade interventora, tendo como ponto de partida o Jardim da Luz, o primeiro espaço público laico da cidade (entendido como área livre, de domínio comum).

Com isso, viu-se que a produção dos espaços públicos de lazer apresenta diferentes potencialidades enquanto objetos técnicos funcionais para a intervenção do Estado. A lógica de produção do espaço urbano - na qual estes estão inseridos - passou por três distintas fases de divisão social e territorial do trabalho, nas quais a cidade sempre esteve inserida, porque desde sua origem ela se caracteriza por ser mundial (SANTOS, 1994b). Inicialmente, quando a cidade era portadora de uma típica função comercial, como entreposto entre a própria formação socioespacial e a economia mundial, os espaços públicos de lazer serviram como forte instrumento de legitimação do poder público para normatizar a ocupação do solo e mesmo a convivência no espaço urbano segundo os preceitos econômicos, sociais, culturais e morais condizentes a visão de sociedade da elite agrária, detentoras do poder público até então.

No entanto, a resistência à lógica dominante por parte de determinados segmentos da sociedade e da economia que passaram a integrar a capital paulistana e a transformação na divisão social e territorial do trabalho - cujo movimento a cidade de São Paulo acompanhou - acabou por alterar a prioridade que os espaços de lazer públicos assumiam naquele período, quando fatores de embelezamento e higienização punham-se como prioritários.

A hegemonia que o setor produtivo assume após a década de 1930 gerou mudanças fundamentais na produção do espaço da cidade, na medida em que se tornou necessária a implantação de sistemas técnicos que promovessem maior fluidez de mercadorias e pessoas em quantidades e velocidades cada vez maiores, como forma de contribuir para a manutenção da produtividade espacial em nível condizente com as exigências da divisão internacional do trabalho.

Tais imperativos provocaram um declínio da produção dos espaços públicos de lazer. Muitos dos espaços já existentes cederam à pressão das necessidades de circulação, sofrendo refuncionalizações e sendo incorporados ao sistema viário (onde o Parque Dom Pedro II se destaca como exemplo característico), ou mesmo desaparecendo devido à construção de avenidas, alargamento de ruas, implementação de sistemas técnicos etc. Apesar disso, é nesse

período que se consolida o tempo livre e o lazer da população, conforme se procura demonstrar no capítulo dois.

Esses dois momentos citados - o da cidade comercial e o da cidade industrial - estão sendo tratados como etapas de mundialização (SANTOS, 1994b:43), caracterizados por um conjunto de sistemas de ações e sistemas de objetos (SANTOS, 1994a) que serviram à viabilização da inserção da cidade de São Paulo no sistema econômico mundial.

Com base nisso, este estudo pretende sugerir algumas pistas sobre a importância dos espaços de lazer públicos administrados pelo Estado na atual etapa de mundialização. Para além desse objetivo, a pesquisa aborda o fenômeno do lazer - tão necessário e ao mesmo tempo tão pouco conhecido - através de uma concepção de geografia que parte de uma noção de espaço enquanto instância da sociedade e não como seu receptáculo.

Observando a relação que tais espaços mantiveram em cada período histórico do desenvolvimento urbano, em termos quantitativos e qualitativos, procurou-se detectar, a partir das funcionalidades pretéritas exercidas por esses objetos técnicos, o seu valor no período contemporâneo.

Os espaços públicos de lazer não apresentam uma função unívoca, cientificamente estabelecida. Correspondem, antes de mais nada, a um serviço prestado pelo Estado, serviço este cada vez mais procurado e necessário.

Faça-se notar, ainda, que o lazer público distingue-se bastante dos lazeres privados (que apresentam alto grau de segregação na sociedade capitalista - BAUDRILLARD, s.d.) e, dadas as condições a que está submetida a maior parte da população paulistana, pode-se perceber um expressivo papel de regulador do cotidiano urbano sob modos diversos, conforme buscou-se tratar nos capítulos 1 e 3.

Este papel que aqui se atribuiu aos espaços públicos de lazer diz respeito a apenas uma parte do conjunto de objetos técnicos presentes na cidade - sistema viário, indústrias, escolas, sistema de telecomunicações etc. -, onde cada um, diferenciadamente, interfere na produção social do espaço urbano. Tais sistemas técnicos têm as mais diferenciadas e específicas formas de atuação sobre a sociedade, assim como esta para com os objetos. Das contradições sociais e necessidades humanas é que partem as ações na criação de tais sistemas de objetos (SANTOS, 1994a).

Nesse movimento gerado pelo surgimento de uma necessidade social e uma conseqüente resposta técnica, a sociedade vai transformando-se na medida em que os sistemas de objetos e sistemas de ações hegemônicos polarizam e sobrepõem sua funcionalidade aos demais.

Por conseguinte, com a especialização e complexização que os sistemas de objetos técnicos apresentam a cada etapa de mundialização, a cidade de São Paulo torna-se cada vez mais sintonizada com os acontecimentos e inovações do mundo, fenômeno este que interliga os pontos no globo segundo os interesses dos "atores hegemônicos da economia, da cultura e da política, que tendem a uma mesma composição em todos os lugares" (SANTOS, 1994a:112).

É assim que, a partir de meados da década de 60, um conjunto de inovações técnicas é implementado em número cada vez maior em São Paulo, com objetivos de aumento de produtividade e fluidez. No que concerne ao lazer, ocorre um surto na produção de espaços públicos destinados a esse fim, realizando intervenções que se estendem da escala da região urbanizada à escala do corpo, na disciplinarização dos indivíduos em seu tempo livre.

É nesse sentido que está se tratando o conjunto dos espaços públicos de lazer, ou seja, como um sistema de objetos técnicos que contribui com a regulação das relações sociais, juntamente com a cultura, a educação, a produção de conhecimento científico nas universidades (LEFEBVRE, 1976), enfim, setores nos quais os nexos globais determinados pela atual divisão social e territorial do trabalho acabam por interferir no cotidiano de todos os indivíduos.

Assim, ao se estabelecer a relação existente em cada etapa de mundialização e a produção de espaços públicos de lazer na cidade de São Paulo, nota-se que, em cada momento, lhes eram atribuídas diferentes funções e importância - como espaços estratégicos de segregação no início do século, e a ausência destes no período posterior, cedendo aos imperativos da circulação e da fluidez de pessoas e mercadorias -, ou seja, em cada período apresentavam uma característica, somente compreensível se estudada a totalidade do urbano. E na terceira etapa de mundialização, com a complexização das relações socioespaciais trazidas pela globalização, amplia-se o número, muda a qualidade e há variedade, pois os espaços de lazer públicos passaram a ser funcionais, conforme se procurou demonstrar, na reprodução das relações sociais de produção.

Esta última função fica expressa na disciplinarização da força de trabalho; no reforço e na propagação de valores nacionais; na recuperação da força de trabalho; na desaceleração do ritmo intenso das atividades ou mesmo na reprodução da desigualdade, já que os espaços públicos de lazer são benfeitorias que sempre valorizam o seu entorno, do que decorre um privilégio das classes de renda mais estáveis (principalmente os proprietários fundiários e imobiliários).

Uma outra maneira pela qual o lazer reproduz as relações sociais de produção é aquela que transforma esse período de tempo em um objeto do conhecimento a ser minuciosamente compreendido, para que se possa ter uma ação preventiva. Como resultado, temos estudos voltados para o lazer enquanto um fenômeno que deve ser apreendido tanto nos seus aspectos benéficos quanto nos indesejáveis para os indivíduos e o sistema produtivo.

A espontaneidade e a incerteza das ações que caracterizam o uso do tempo livre gerou a necessidade de algumas correntes sociológicas (geralmente de caráter neoliberal) estudarem o lazer com detalhamento. Segundo Joffre DUMAZEDIER (1976), uma sociologia do crescimento do lazer e do desenvolvimento dos conteúdos sócio-culturais tornou-se prioritária para compreender tendências; para poder prever conseqüências indesejáveis.

Assim, os estudos sobre o lazer inspirados nessas correntes metodológicas têm como preocupação fundamental compreender a inadaptação e a não-participação na vida social e cultural de um grupo, segundo o comportamento que este mantém no tempo de lazer, e

detectar as "necessidades satisfeitas" e as "latentes, não satisfeitas na situação presente", para se obter uma orientação sobre o tipo de intervenção a se realizar nesse setor. Esses estudos permitiriam conseqüentemente que se traçasse uma tendência das futuras necessidades no campo do lazer, nos mais variados grupos, para que assim fosse possível apontar as "soluções justas" à satisfações dos anseios e desejos dos indivíduos no seu tempo de lazer, caso a preocupação com o tempo livre no Brasil estivesse tão presente quanto nos países do Primeiro Mundo.

Os estudos sobre o lazer no Brasil deram-se de modo mais sistemático no final da década de 60 e início da década de 70, quando o SESC (Serviço Social do Comércio) passou a financiar pesquisas, coordenadas pelo Prof. Joffre Dumazedier<sup>3</sup>.

As pesquisas tinham como principal preocupação a instrumentalização do tempo livre, com o objetivo da manutenção do *status quo*, ou seja, para que este não acabasse se tornando um "desagregador social", no sentido de que os trabalhadores, fora do ambiente (disciplinador) de trabalho, pudessem buscar o ócio, o que, segundo essa vertente, é um elemento da vida social que só pode levar à ruína moral dos homens.

Objetivamente, o que resultou de todos os apontamentos dos referidos estudos foi a implantação de espaços de lazer dos mais variados (clubes de campo, colônias de férias, centros culturais, etc.) criados e geridos até hoje pelo Serviço Social do Comércio (SESC).

O entendimento da relevância dos espaços públicos de lazer em São Paulo exige um esforço em revelar como os discursos e práticas sobre o consumo do tempo livre estavam intimamente relacionadas com as ações dos governos militares no que se pode denominar de uma política voltada para o lazer. Nesse caso, percebe-se uma convergência de entendimento sobre as políticas de lazer por parte daqueles à frente do Estado, bem como dos setores empresariais da sociedade civil representados pelo SESC como forma de suprir as carências e imposições de uma determinada conjuntura político-econômica.

O acelerado desenvolvimento urbano-industrial impunha ao trabalhador que enfrentasse, no seu dia-a-dia, uma jornada de trabalho desestimulante, fragmentada e repetitiva, e um ambiente urbano massacrante: filas, transportes coletivos lentos, condições de moradia (da casa à infra-estrutura) pouco favoráveis. E, concomitantemente, diminuam as áreas naturalmente destinadas ao lazer em São Paulo, as várzeas.

Saliente-se o fato de que a política para o lazer, a partir dessas concepções, resultava uma produção de espaços para os lazeres. Mais do que uma preocupação paisagística ou arquitetônica, esse sistema de objetos era chamado para introduzir novas práticas. O lazer podia contribuir para a construção e a legitimação de valores que justificavam a ótica do trabalho e a ética capitalista.

---

<sup>3</sup> - J.DUMAZEDIER produziu várias pesquisas e livros neste campo onde destacamos: Lazer e Cultura Popular(1976); Sociologia Empírica do Lazer (1974); Questionamento Teórico do Lazer (S/D); Loisir et culture (1966), entre outros.

A análise da produção dos espaços de lazer, portanto, não possui valor explicativo algum sem a sua inserção no conjunto da produção social do espaço urbano. Eles não são independentes, embora possuam qualidades bem específicas que lhes atribuem um significado, um valor. Eles se dão em sistemas. Objetos em sistema que condicionam o movimento da sociedade ao mesmo tempo em que possibilitam ações funcionais para o sistema produtivo.

Para que se pudesse compreender melhor tais qualidades, o recorte espacial que delimita apenas os espaços públicos específicos de lazer administrados pelo Estado (governo municipal e estadual) entre o conjunto dos espaços livres e espaços verdes e demais espaços de lazer, impôs-se como uma necessidade para o desvendamento de algumas das várias influências que estes exercem sobre a sociedade, tomando possível o aprofundamento da pesquisa.

Os parques, centros esportivos, centros de lazer, balneários públicos etc. exercem a "função específica" de lazer, fundamentada por lei. Este atributo que os diferencia do papel plural que exercem as praças, largos e espaços livres, permite expressar a importância que o lazer assume com o desenvolvimento da produção do espaço urbano e conseqüente complexização das relações sociais de produção, pois somente através da oscilação destes, por exemplo, é possível mensurar a importância que o Estado confere ao lazer, independente das demais áreas serem apropriadas com o mesmo fim.

No caso dos parques, espaços com finalidades bem específicas (isolados com grades para garantir este desempenho), a importância que o Estado lhes confere é detectada através dos diferentes ritmos de criação em que foram construídos em cada período, legitimados por discursos que se distinguem, a cada um dos períodos, conforme se observa na literatura sobre a história da urbanização paulistana. A freqüência de alguns parques também indica sua importância, conferida pela população, conforme consta no capítulo 1.

Estas observações preliminares têm a intenção de apontar a necessidade de um melhor entendimento sobre os espaços produzidos para o não-trabalho (ainda que funcionais para a produtividade espacial), visando contribuir para a construção de uma noção mais fiel da produção social do espaço urbano. Procurou-se realizar esta tarefa, ainda que parcialmente, através do estudo do papel ativo que os espaços de lazer exercem na cidade de São Paulo na manutenção das relações sociais de produção.

O primeiro capítulo trata da atual etapa de mundialização, com uma contextualização na produção do espaço urbano baseada na divisão social e territorial do trabalho contemporânea e suas conseqüências na reprodução da força de trabalho.

A especificidade do lazer público nesse período também é discutida dentro dessa conjuntura, em que se destaca a importância que os parques assumem como uma das formas de lazer mais procuradas pela população.

O segundo capítulo trata da reconstituição histórica dos parques e jardins (o correspondente aos espaços de lazer públicos anteriormente à década de 1950), com o objetivo de afirmar o papel distintivo que exercem hoje sobre a sociedade, quando se percebe que, a

cada etapa de mundialização, esses espaços são refuncionalizados segundo as ações hegemônicas típicas do período em questão.

A partir da contextualização estabelecida nos capítulos 1 e 2, encaminhou-se o terceiro capítulo buscando entender os espaços públicos de lazer - em especial os parques, que exercem papéis específicos no período da globalização enquanto objetos técnicos.

Tratou-se, em linhas gerais, de como tais espaços podem contribuir para a reprodução das relações sociais de produção, sem se desconsiderar, porém, outros papéis por eles exercidos, pois o espaço não apresenta uma única e determinada função ou mesmo apenas funções; ele é um campo de possibilidades, pois sua forma, conteúdo e estrutura resultam tanto das ações hegemônicas que o efetivam como das ações hegemônicas que o transformam.

## 1 - A cidade de São Paulo no período técnico-científico-informacional e os espaços públicos de lazer

*O velho adágio em que concentrava outrora toda a reivindicação de justiça social e que rezava - "Todos os homens são iguais diante do tempo e da morte" - sobrevive agora no mito, cuidadosamente alimentado, de que todos se descobrem iguais no lazer.*

*Jean Baudrillard  
A Sociedade de Consumo (s.d.), p.160*

A cidade de São Paulo cresceu e se expandiu de maneira vertiginosa em pouco mais de cem anos. Os movimentos populacionais de imigração do final do século XIX até as primeiras décadas deste, somados aos de migração inter-regional que se estenderam por longo período, mas só intensificados a partir do momento em que decaiu a entrada de estrangeiros no país, compuseram o substrato humano fundamental para dar impulso ao forte processo de acumulação de riquezas em que tanto o município quanto toda a região metropolitana estão inseridos. A oferta de empregos em nível sempre maior do que no restante do país sempre frisou a fama de que esta é a "cidade que não pára de crescer".

Após atravessar duas etapas de mundialização, São Paulo deixa de ser a capital industrial do país para se tornar a metrópole informacional, sem, no entanto, perder sua importância no setor da produção *strictu sensu*, conforme afirma Milton Santos (1994b), que ainda acrescenta ser esta qualidade que lhe proporciona a inserção no período da globalização.

A condição de metrópole global confere maior poder de ação sobre toda a formação socioespacial, pois concentra as atividades hegemônicas cuja característica mais distintiva é a de comando a distância. Ao mesmo tempo novas necessidades emergem em função das transformações operadas na divisão social do trabalho, na qual somente o setor de serviços correspondia, em 1992, a 48,5% da população ocupada, segundo a atividade econômica principal<sup>1</sup>, paralelamente ao processo de desindustrialização ocorrido em toda a região metropolitana, especialmente no município de São Paulo.

---

<sup>1</sup> - A distribuição da população para os demais setores é a seguinte: Indústria de Transformação 24,0%; Construção Civil 2,9%; Comércio 16,6%; Serviços Domésticos 7,3%, Outros 0,5%. (Fonte: EMPLASA, 1995.)

**TABELA 1****Distribuição Percentual do Valor da Transformação Industrial  
no Estado de São Paulo**

	1970	1975	1980
Região Metropolitana de São Paulo	74,7	69,4	62,9
Município de São Paulo	48,2	44,0	34,8
Demais Municípios da R.M.S.P.	26,5	25,4	28,1
Interior	25,3	30,6	37,1

Fonte: SANTOS, M. 1994b:58

Desde a década de 1960 percebe-se mudanças nos setores da habitação, educação, saúde e transportes. O primeiro com forte acento no processo de verticalização bem como na favelização e aumento no número de cortiços. Na educação tem início o grande aumento do número de estabelecimentos privados e a concomitante estagnação e sucateamento do ensino público; semelhante destino conheceu o setor da saúde guardadas as proporções e especificidades. Já os transportes urbanos coletivos sofrem sucessivas inovações - os auto-ônibus com carrocerias mais adequadas <sup>2</sup>, criação do metrô, expansão das linhas dos trens suburbanos - enquanto o sistema viário passava por mais ampliações e reformas: alargamentos de avenidas, construção de perimetrais, das marginais, radiais, elevados, túneis etc.

A participação à modernidade contemporânea exige dos países periféricos um esforço de equipamento mais extenso e intenso do que as modernizações precedentes. Esse esforço reclama uma enorme massa de recursos utilizados na construção das infra-estruturas econômicas, de tal maneira que o processo de incorporação do país à globalização dá-se em detrimento dos investimentos sociais exigidos por uma demografia e uma urbanização galopantes. Como somente poucas firmas podem realmente utilizar, em escala nacional, as infra-estruturas assim instaladas, a modernização conseqüente é seletiva, deixando de fora dos benefícios uma parcela importante da atividade urbana e da população (SANTOS, 1994b:47)

Neste contexto surgem também as primeiras políticas públicas de lazer na cidade (e mesmo no país) de modo mais estruturado e definido. Embora já houvesse a participação do Estado anteriormente, as ações neste setor eram pouco sistemáticas e continuadas <sup>3</sup>.

<sup>2</sup> - Os auto-ônibus, até a década de 1960 eram, em geral, caminhões com carrocerias adaptadas, conhecidos como jardineiras, conforme Jorge Americano "São Paulo naquele tempo".

<sup>3</sup> - Em levantamento realizado junto ao Departamento de Parques e Áreas Verdes - DEPAVE e à Câmara Municipal, localizou-se a origem deste departamento no Ato nº 44 de 6/Jan/1931 que subordinava à



**TABELA 2****Parques, centros esportivos educacionais, balneários e unidades para eventos esportivos no município de São Paulo - 1960, 1970, 1980 e 1995 (em números absolutos)**

	1960	1970	1980	1995
Parques	6	9	18	36
Centros Esportivos Educacionais	0	9	17	20
Balneários	0	3	11	14
Unidades para Eventos Esportivos	2	4	6	7
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>	<b>25</b>	<b>54</b>	<b>77</b>

Fonte: DEPAVE, DAEE, Instituto Florestal, SEME.

A produção de espaços de lazer públicos em meados da década de 1960 ganha significativo impulso, devido à criação de políticas públicas de lazer melhor estruturadas dentro das prioridades do planejamento urbano.

Este fato, aparentemente contraditório com a lógica citada - de que há um detrimento nos investimentos sociais na atual etapa de mundialização -, poderia levar a conclusão de um paradoxo, mas seria certamente falso. A inserção de São Paulo na globalização trouxe também novas necessidades, onde o lazer, com suas características próprias contribui, tanto na gestação quanto no gerenciamento deste processo.

A geração de necessidades no âmbito do lazer - entendido como tempo livre da jornada de trabalho e de obrigações sociais e familiares - podem ser divididas em básicas ou criadas. Por necessidades criadas compreende-se a intervenção no tempo livre dos indivíduos com o objetivo de incrementar o consumo de mercadorias cada vez menos essenciais, ao mesmo tempo em que se exige uma intervenção nos corpos para a disciplinarização da força de trabalho, manutenção da produtividade espacial e também para a sucessiva reconstrução da sociedade. (LEFEBVRE, 1976; SANT'ANNA, 1988; SANTOS, 1987)

Nas formações socioespaciais do terceiro mundo em especial, o lazer representa um forte instrumento político e técnico principalmente nos grandes centros urbanos que apresentam um crescimento demográfico e urbanização acelerados. Existe uma heterogeneidade de grupos que dirigem-se para as metrópoles e estabelecem pela primeira vez o contato com os complexos sistemas técnicos presentes na metrópole, cujo impacto gera uma desorientação espacial e temporal, variando de intensidade conforme o local de origem do

---

Diretoria de Obras e Viação a Diretoria dos Jardins e Cemitérios. Embora o governo municipal já especificasse desde aquele momento um órgão específico para as áreas verdes públicas, a ação neste setor era esporádica e desarticulada (ver tabela 2).

migrante ou seja, o campo, uma pequena cidade ou mesmo outra grande aglomeração que apresenta menor densidade técnica.

O tempo livre e a produção de espaços de lazer públicos, contribuem, em boa medida, para o aprendizado e adaptação dos recém chegados em um cotidiano rigidamente fragmentado e com ritmo acelerado imposto aos indivíduos devido as necessidades de fluidez das metrópoles no período contemporâneo. Os fluxos devem ser intensos para as mercadorias, para as informações e também para os corpos.

No caso da cidade de São Paulo este processo se remete ao final do século passado e se estende até hoje<sup>4</sup> onde observa-se o choque entre um modo de vida oriundo de relações sócio-espaciais que tem origem no nordeste, no interior de São Paulo ou Minas Gerais, e o novo modo de vida que se pretende adotar (MAGNANI, 1984:18)

Com efeito, os deslocamentos da população para os grandes centros, não envolvem apenas questões de ordem econômica, demográfica ou urbanística; para o próprio migrante, a mudança não se esgota no problema de uma maior ou menor capacidade de adaptação às exigências do trabalho urbano, mas significa alterações profundas em seu modo de vida, na forma de satisfação de suas necessidades e no aparecimento de novas necessidades. Implica, em suma, um reordenamento de todo seu estoque simbólico. Urge, na grande cidade reconstruir uma nova identidade, reconstruir laços de parentesco e vizinhança, acostumar-se aos equipamentos urbanos. (MAGNANI, 1984:18)

Espaços de lazer públicos implicam em uma referência espacial e temporal. Através de suas diferentes formas e diferentes conteúdos, expressam a presença e a intencionalidade do Estado na sociedade. A inteligibilidade sobre esta intervenção espacial não é uníssona, e atinge a cada um de forma específica.

Denise B. Sant'Anna (1988:70-74) aborda a importância destas intervenções institucionais cujo objetivo é o de transformar os usos do tempo livre em práticas úteis e disciplinadas delineando assim o conceito de lazer contraposto ao ócio. O lazer se converte num instrumento de poder que promove uma *"relação de docilidade-utilidade*, fabricando corpos exercitados, *dóceis* aumentando suas forças *(em termos econômicos de utilidade)* e disseminando *essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)*. (FOUCAULT, 1987 apud SANT'ANNA, 1988:74)

Isto implica menos na proibição, na recusa e censura às brincadeiras e usos do tempo livre, do que no seu esquadramento, na sua normalização e organização, que dependem de uma atenção mais apurada e assídua em relação aos usos do tempo livre, capaz de proceder cirurgicamente separando, distinguindo seus vértices ameaçadores daqueles que podem ser aproveitados produtivamente. Gradativa e desigualmente, o que se chama de lazer durante os anos setenta toma para si a missão de conhecer, investigar, diagnosticar e tratar os usos do tempo livre a luz dos preceitos e das estruturas institucionais vigentes. A

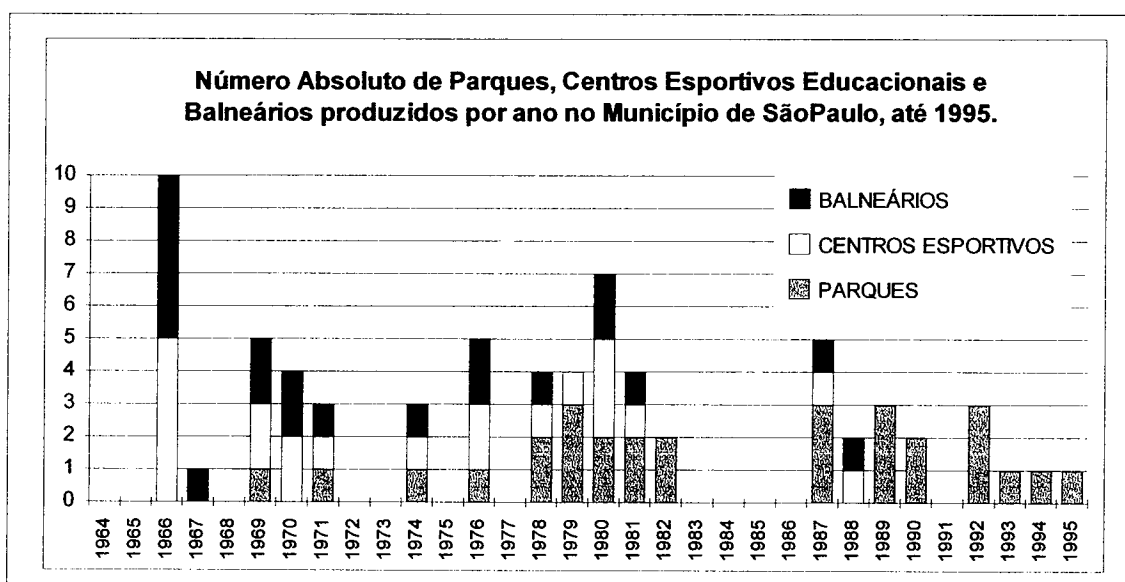
---

<sup>4</sup> - O balanço do fluxo migratório para década de 1980, realizado pela EMPLASA (1995), apresentou pela primeira vez um saldo negativo, mas ainda assim a entrada de migrantes na cidade é significativa.

regulamentação dos Centros Educacionais Esportivos, por exemplo, contava com a intenção, expressa publicamente de “propiciar à comunidade o útil aproveitamento das horas de lazer”. Era preciso utilizar o lazer, nestes centros, como meio de educar e disciplinarizar a juventude *cultural e moralmente* e não apenas fisicamente<sup>5</sup>. (SANT’ANNA, 1988:72/73)

Estas foram as concepções diretoras que levaram a construção efetiva de uma política de lazer pública em São Paulo, através da criação de programas de uso do tempo livre, bem como a produção de espaços de lazer públicos tais como os Centros Esportivos Educacionais, os Balneários e os Parques urbanos conforme evidencia o gráfico I.

**GRÁFICO I**



Fontes: Legislação Oficial, Secretaria Municipal de Esporte - SEME, DEPAVE, Instituto Florestal, DAEE, SEMA

O lazer, entretanto, é um fenômeno constituído a partir da divisão do trabalho, e da divisão social do tempo cotidiano na sociedade capitalista<sup>6</sup>, que separa e torna homogêneo o tempo livre para que o homem exerça e usufrua de sua qualidade lúdica, que antes era mesclado com as atividades econômicas e obrigações sociais.

Dentro desta concepção, o lazer pode compreender ampla significação na vida cotidiana de milhões de trabalhadores, na medida em que o período de tempo livre é direcionado à superação individual ou coletiva diante das possibilidades de realização que a sociedade passa a conhecer no atual momento da globalização. O termo superação refere-se a uma mudança de caráter filosófico, psicológico ou moral<sup>7</sup> do indivíduo ou indivíduos envolvidos.

<sup>5</sup> - Conforme Diário Oficial do Município de São Paulo, 27 de agosto de 1969, nº 162, página 58.

<sup>6</sup> - A constituição do fenômeno do lazer é abordado no capítulo 3.

<sup>7</sup> - Ver MARCELLINO, N. **Lazer e Educação Permanente**, 1987 e também FRIEDMANN, G. O **Trabalho em Migalhas: especialização e lazeres**, 1972.

Se a globalização apresenta facetas perversas, ela igualmente apresenta uma disponibilidade de meios técnicos e humanos que permitem o acesso ao auto desenvolvimento, bem como a manutenção de tradições populares e recreação constante das concepções culturais no plano coletivo.

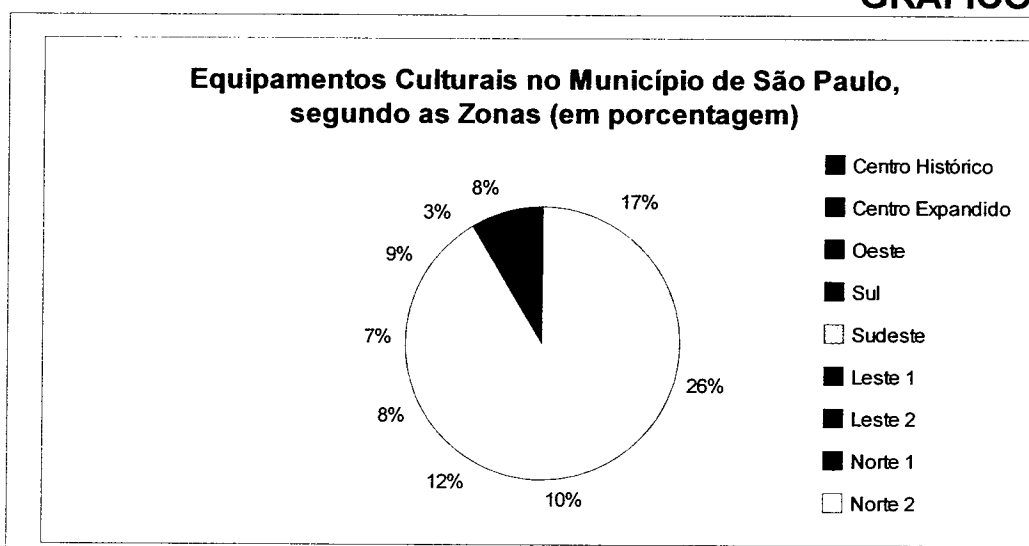
José Guilherme Cantor Magnani (1984:19) aborda este aspecto do lazer, enquanto necessidade básica que conduz à superação e realização, ao discutir o lazer da população que vive nos bairros periféricos de São Paulo, contestando ao mesmo tempo uma visão reducionista do fenômeno.

(...) as populações dos bairros periféricos são objeto de atenção e interesse na medida em que se organizam em associações e protagonizam movimentos reivindicativos. Outras práticas, através das quais enfrentam o cotidiano, não são levadas em conta, ou então são consideradas como obstáculos à percepção de seus interesses e a uma ação política conseqüente: sua concepção de família é tida como conservadora; suas tradições, resquícios fragmentários de uma cultura rural e pré-capitalista; seus gostos são descaracterizados por influência dos *media*, seu lazer não passa de escapismo, sua religiosidade é fator de alienação e seus projetos de vida, tentativas frustradas de ascensão social.

O emprego do tempo livre com objetivos de realizações coletivas como festas, feiras, rituais ou mesmo de caráter reivindicativo - criação de ruas de lazer, melhorias em praças e parques - são pois, o exercício e usufruto da necessidade básica de ludicidade que proporciona a superação. Não se trata de superar tensões e pressões exercidas pelo sistema econômico, mas do desenvolvimento sócio-cultural de cada indivíduo (MARCELLINO, 1987).

No entanto a ação do Estado em efetivar as possibilidades mais amplas do uso do tempo livre para os indivíduos, se realiza segundo os pressupostos do processo de globalização no sentido de que ele é seletivo e desequilibrador. A distribuição dos equipamentos culturais na cidade de São Paulo reforça este fenômeno, como é possível observar no gráfico I I, onde somente o Centro Histórico e o Centro Expandido concentram 43% destes equipamentos para 14% da população residente

**GRÁFICO I I**



\* Os equipamentos culturais dividem-se basicamente em Museus, Bibliotecas, Teatros, Casas de Cultura, Oficinas de Cultura, Escolas de Arte e Unidades Especiais para Grandes Eventos Culturais (ver anexo V)  
Fontes: Secretaria Municipal de Cultura - S.M.C. e Secretaria Estadual de Cultura

Se tomados isoladamente, alguns destes equipamentos acentuam ainda mais a concentração destes nas zonas referidas <sup>8</sup>. Entre os 51 museus levantados em São Paulo, 69% estão ali situados e o centro expandido sozinho detém 43% para uma população de 11% do total do município <sup>9</sup>. A ação do Estado sobre o tempo livre da população diferencia-se espacialmente na cidade coincidindo determinados tipos de equipamentos com níveis de renda predominantes em cada zona, o que não pode ser justificado pelo custo do investimento, uma vez que, os centros esportivos, os balneários e os parques requerem recursos expressivos.

Cabe sublinhar portanto, que dentro do campo das necessidades criadas, existe um forte direcionamento do uso do tempo livre por parte do Estado e do capital privado, que agem dentro de espectros limítrofes da sociedade. Por um lado o consumo conspícuo torna o indivíduo de qualquer classe social um eterno insatisfeito por algo que, muitas vezes, jamais poderá consumir; ou pela ansiedade daqueles que diante da incessante produção de bens supérfluos consomem sem objetivo ou sentido. (BAUDRILLARD, s.d.)

A ação do Estado na esfera do lazer, por outro lado, relaciona-se com as necessidades criadas por outro aspecto, o qual não é excludente ao consumo conspícuo: a produção de espaços de lazer públicos, em geral, nasce articulada com interesses estranhos ao lugar. A emergência desses espaços procura responder a requisitos para a implantação dos nexos globais, especificamente na cidade de São Paulo, ao imporem temporalidades hegemônicas determinada pela divisão social do trabalho.

Os espaços de lazer direcionados à práticas esportivas como os Centros Esportivos Educacionais <sup>10</sup>, os Balneários ou os Parques - que além de proporcionarem atividades físicas programadas ou não <sup>11</sup>, são também procurados para descanso e recreação - encontram-se em sua maioria nas zonas limítrofes da mancha urbana (Zona Norte 1, Zona Norte 2, Leste 2 e Sul), onde novamente coincide-se níveis de renda específicos (baixa renda em geral), ausência de infra-estruturas básicas (saúde, transporte, educação) e condições de habitação precárias.

---

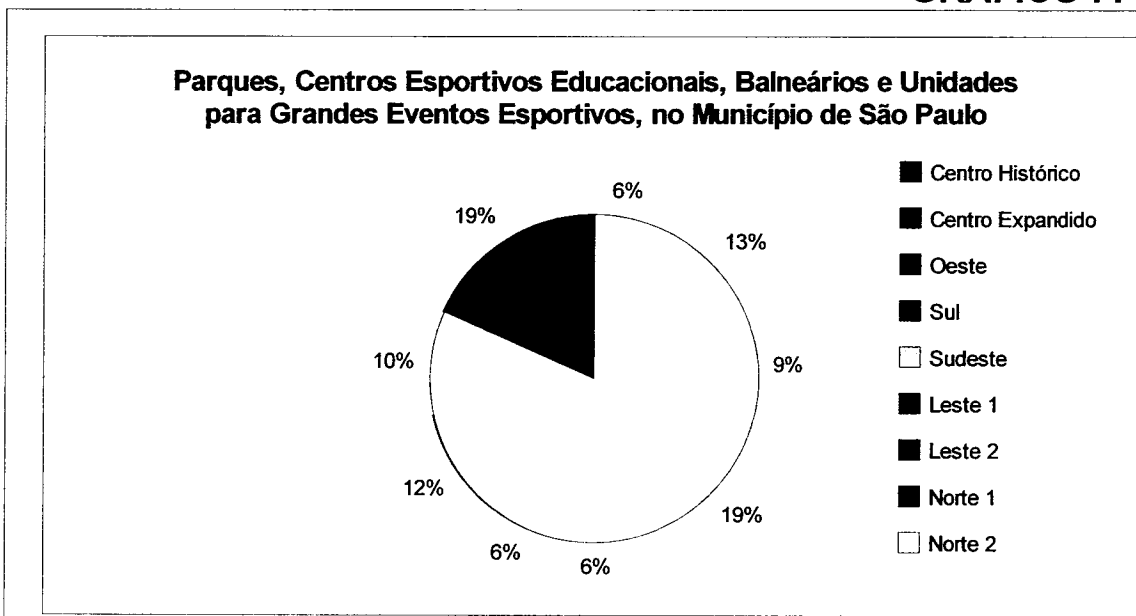
<sup>8</sup> - Deve-se fazer a ressalva de que determinados equipamentos, dada a sua concepção e destinação, merecem estar estrategicamente localizados na região central para que a população como um todo tenha acesso. No entanto, estes equipamentos representam apenas 6,7% ( Unidades para Grandes Eventos Culturais) num total de 165 unidades.

<sup>9</sup> - Para uma melhor noção sobre a distribuição da população por zonas no Município de São Paulo, ver anexo VI.

<sup>10</sup> - Nos Centros Esportivos Educacionais são oferecidos 23 cursos de atividades físicas (ver anexo I)

<sup>11</sup> - Existem inúmeros programas de atividades nos parques como corridas, ginástica aeróbica, gincanas etc. organizados pelas secretarias de cultura e esportes (tanto da esfera municipal quanto estadual).

## GRÁFICO III



Fontes: Legislação Oficial, Secretaria Municipal de Esporte - SEME, DEPAVE, Instituto Florestal, DAEE, SEMA

A produção de espaços públicos de lazer parece estar orientada através das demandas num sentido amplo, onde o fator cultural e a condição social da população das diferentes regiões da cidade recebem tratamento específico do poder público, de modo a satisfazer as necessidades latentes.

Embora os espaços de lazer públicos possibilitem também a satisfação das necessidades básicas e conseqüentemente de superação, esta investigação tem o objetivo de compreender a intervenção do Estado numa produção do espaço que insira São Paulo como metrópole global, conforme se procurará analisar no último capítulo. No entanto é importante sublinhar que os espaços de lazer públicos, são objetos técnicos cada vez mais específicos, o que acentua a ambigüidade funcional destes (BAUDRILLARD, s.d.). Eles não só permitem como proporcionam a satisfação das necessidades criadas e das necessidades básicas no sentido empregado nesta análise, apesar das diferentes intencionalidades em que são produzidos.

## **A transformação na divisão social e territorial do trabalho e a produção de espaços públicos de lazer**

O lazer da classe trabalhadora em São Paulo deve ser analisado no conjunto da totalidade do espaço urbano que apresenta uma densidade técnica sem precedentes, composto por objetos que condicionam mais incisivamente o cotidiano dos indivíduos, segundo as exigências de fluidez e produção que caracterizam a divisão social do trabalho no período técnico científico informacional.

As necessidades de espaço mudaram, tanto em função dos requisitos da produção como da circulação, mais exigente de rapidez. Por isso, a cada dia que passa, mais o tempo tem que ser preparado de maneira particular para cada tipo de produção. A cidade, tal qual ela era, deixa de ser lugar adequado para a produção moderna, sendo necessário acrescentar outras áreas, técnica e cientificamente construídas para responder, deliberadamente esses reclamos mais precisos. (SANTOS, 1994b:48)

O que ocorre com a inserção dos nexos globais não é uma simples transformação da paisagem urbana (espaço construído) mas é fundamentalmente a gradativa introdução de novos sistemas de ações que indissociáveis dos sistemas de objetos compõem uma produção do espaço urbano inédita, com sofisticados sistemas técnicos capazes de gerar simultaneidades entre diferentes e distantes lugares, na escala da região, da nação e do mundo. (SANTOS, 1994a)

A simultaneidade entre diferentes porções do planeta realizada principalmente através das cidades globais, é a marca fundamental do período contemporâneo na medida em que ela proporciona a efetivação de uma divisão social e territorial do trabalho distinta das anteriores, onde os recursos humanos e materiais compõem de modo mais direto (e rentável) a acumulação de mais-valia das empresas hegemônicas.

É através da Região Metropolitana de São Paulo que a formação socioespacial brasileira melhor se insere na atual divisão social e territorial do trabalho. As transformações operadas na produção do espaço que ocorre desde a década de 1960 permitiram a São Paulo elevar-se à categoria de cidade global bem como manter-se desde meados da década de 1980 como a única metrópole presente em todo território nacional (SANTOS, 1994b).

Entre as mudanças que se realizaram na cidade, pode-se destacar o processo de desindustrialização (principalmente para o município), o crescimento das atividades terciárias, o aumento de empregos neste setor, e o constante aperfeiçoamento dos sistemas técnicos da informação e comunicação que se constituem atualmente nos meios mais expressivos da globalização.

Neste processo observa-se uma configuração do espaço urbano paulistano nitidamente diferenciada dos dois períodos anteriores. Inicialmente marcada como entreposto do comércio internacional, para em seguida ter sua geografia transformada para a fluidez da produção e do consumo, agora assiste-se uma estruturação do território urbano voltado para processar, estocar e enviar a informação, sem no entanto, deixar de exercer as originais funções herdadas

pelas divisões do trabalho dos períodos precedentes. Cada um destes períodos - estreitamente relacionados com os atores hegemônicos da economia, da cultura e da política - estão sendo tratados como etapas de mundialização <sup>12</sup>(SANTOS,1994b)

Assim, a “superposição entre os diversos níveis da divisão do trabalho”; o dado organizacional que “preside e precede a estruturação do trabalho, a partir do nível mundial ditando as formas das sociedades as mais diversas, e pretendendo mesmo impor as modalidades com as quais os diversos povos realizam seu estatuto nacional” e a redefinição da circulação onde “um novo sistema se levanta e ganha um papel reitor nas relações sociais, isto é, o subsistema da regulação, sem o qual já não se podem entender os fenômenos espaciais” (SANTOS,1994a:99/100) são características essenciais da divisão do trabalho na terceira etapa de mundialização, da qual destaca-se esta última, para o melhor entendimento dos espaços de lazer públicos na cidade de São Paulo.

(...) a situação de instável equilíbrio em que vivem [as metrópoles do terceiro mundo] decorre do funcionamento simultâneo de movimentos espontâneos e de estruturas de enquadramento; sendo os primeiros de âmbito sobretudo econômico e os segundos, do âmbito sociocultural. [os] “sistemas de ação deliberada” e estruturas de enquadramento sociocultural agem sobre a mente dos indivíduos, induzindo comportamentos passivos e retardando a possibilidade de ação <sup>13</sup> (SANTOS,1990b:183/184).

A inauguração da prática de produzir espaços de lazer públicos em São Paulo (ver Tabela 1 e Gráfico I) relaciona-se a uma nova racionalidade de produção do espaço introduzida pela divisão social e territorial do trabalho, cujo papel regulador exercido pelos parques, centros esportivos e balneários é significativo.

No processo contemporâneo de mundialização da economia e da sociedade, as modernizações implementadas são ainda mais seletivas, o que implica, portanto, em uma convivência mais díspare entre variáveis modernas e variáveis atrasadas. A conjunção destas variáveis acarreta - nas formações socioespaciais do terceiro mundo em particular - em um acelerado crescimento populacional nos grandes centros urbanos, na medida em que a produção agrícola é rapidamente modernizada pelos capitais hegemônicos liberando grandes contingentes de trabalhadores e promovendo um intenso processo de êxodo rural. As metrópoles por sua vez tornaram-se o locus privilegiado destes fluxos populacionais, pois a coexistência de setores modernizados com jornadas de trabalho intensificadas e setores “atrasados” com jornadas de trabalho extensificadas, somados ao crescimento de um mercado de trabalho informal (em grande parte gerado pela prática da terceirização), proporcionam uma oferta de empregos sempre em nível maior do que as demais cidades (médias e pequenas).

<sup>12</sup> - No capítulo dois será abordado de modo mais detalhado as duas etapas de mundialização precedentes.

<sup>13</sup> - A relação estabelecida entre “subsistema de regulação” que Milton Santos menciona em seu livro Técnica Espaço Tempo (1994) e “sistemas de ação deliberada e estruturas de enquadramento sociocultural” citadas no texto do mesmo autor “A metrópole: modernização, involução e segmentação”(1990), não é explicitamente colocada, tratando-se portanto de uma interpretação própria da qual assume-se aqui a responsabilidade pelos possíveis equívocos e generalizações.